

Relatórios e Contas 2011



■ ÍNDICE

I. Relatório de Gestão	4
1. Sumário Executivo	4
2. Enquadramento Macroeconómico e Evolução dos Mercados	7
2.1. Mercados Financeiros	7
2.2. Mercado Imobiliário	10
3. Planos de Pensões	11
3.1. Caracterização	11
3.2. População Abrangida	11
3.3. Benefícios, Encargos e Contribuições	12
3.4. Avaliação Actuarial	14
3.4.1. Pressupostos atuariais e financeiros	14
3.4.2. Resultados da avaliação atuarial	16
4. Política de Investimento	17
5. Estrutura da Carteira e Controlo de Riscos	17
5.1. <i>Benchmark</i> Estratégico	18
5.2. Estrutura por Classes de Ativos	18
5.3. Estrutura por Zona Geográfica	20
5.4. Exposição ao Risco Cambial	20
5.5. <i>Value-at-Risk</i> "Ativos – Responsabilidades"	21
5.6. Diferencial Ajustado de Duração Modificada	22
5.7. Estrutura da Carteira de Obrigações por Tipo de Emitente	22
5.8. Estrutura da Carteira de Obrigações por <i>Rating</i>	23
5.9. Estrutura da Carteira Imobiliária	24
6. Resultados e Situação Financeira do Fundo de Pensões	24
7. Nota Final	27
II. Demonstração da Posição Financeira e Demonstração de Resultados	29
III. Demonstração de Fluxos de Caixa	31
IV. Notas	32
V. Certificação do Revisor Oficial de Contas	53

RELATÓRIO DE GESTÃO

1.

■ SUMÁRIO EXECUTIVO

O Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido (FPBD), criado em 1988, é um fundo fechado, constituído por um património autónomo e exclusivamente afeto ao cumprimento das responsabilidades assumidas pelo Banco de Portugal, relativas ao pagamento de benefícios de reforma, invalidez e sobrevivência, bem como aos encargos com contribuições pós reforma para o serviço de assistência médico-social (SAMS). O Fundo foi encerrado a novos trabalhadores por força da integração dos mesmos no regime geral de Segurança Social, de acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março.

O Fundo posicionou-se, até 31 de dezembro de 2010, ao nível do primeiro pilar de proteção social. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, o benefício de reforma por limite de idade deixou de estar integralmente a cargo do FPBD, passando a ser repartido entre este e a Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2011, o património do Fundo totalizava 1.255,1 milhões de euros, enquanto as responsabilidades por serviços passados atingiam 1.277,0 milhões de euros.

A política de gestão financeira do FPBD tem por objetivo maximizar a rentabilidade dos ativos sob gestão face ao valor das responsabilidades, dentro de uma postura prudente no que respeita à limitação do risco de redução do nível de financiamento.

Para o efeito, a política de investimentos assume uma orientação para a cobertura dos riscos implícitos nas responsabilidades assumidas. A gestão do património do FPBD é condicionada pela elevada idade média da população abrangida, de que decorre um número de beneficiários (reformados ou pensionistas) superior ao de participantes no ativo (o rácio entre os segundos e os primeiros era igual a 0,61 no final de 2011) e pelo consequente peso significativo das responsabilidades com pensões em pagamento (61,4% do valor total das responsabilidades por serviços passados).

Consequentemente, a política de investimento da carteira de ativos do Fundo consubstancia-se num elevado peso de obrigações, com representação expressiva de emissões indexadas à inflação e refletindo a estrutura temporal dos passivos. Em 31 de dezembro de 2011, o Fundo encontrava-se diversificado entre obrigações de dívida pública da Área do Euro (78,9%), imobiliário (13,3%) e ações (7,8%).

No desconto dos *cash-flows* futuros que integram as responsabilidades do FPBD são utilizadas taxas de juro de mercado. Esta metodologia assenta no pressuposto de que o valor atual das responsabilidades deve representar, em cada momento, o capital que

teria que ser investido, no momento a que se reporta a avaliação das responsabilidades, para fazer face aos pagamentos futuros.

Num contexto de agravamento da instabilidade dos mercados de dívida da Área do Euro, procedeu-se a um ajustamento da metodologia de determinação da taxa de desconto que determinou uma redução do risco de crédito implícito na valorização das responsabilidades. Em consequência, a taxa de desconto registou uma redução pronunciada, tendo atingido 4,49%, em 31 de dezembro de 2011.

As medidas de contenção de custos salariais adotadas pelo Banco de Portugal originaram um diferencial positivo entre a taxa de inflação, decisiva para a rentabilidade da carteira de ativos, e a atualização das tabelas salariais, determinante para a variação do valor das responsabilidades do Fundo de Pensões. Estas medidas tiveram, por conseguinte um impacto positivo sobre a situação financeira do FPBD que compensou, embora de forma apenas parcial, o efeito da redução da taxa de desconto.

Numa conjuntura de mercado particularmente adversa, a manutenção de um elevado grau de prudência na fixação de pressupostos atuariais, materializada na redução da taxa de desconto, implicou uma contribuição extraordinária do Banco de Portugal para o Fundo de Pensões no valor de 74 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2011, o FPBD registava um nível de financiamento global de 98,3%, superior ao mínimo resultante do disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º12/2001 (98,1%) e ao mínimo de solvência estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal (81,3%).

Quadro 1 — Principais indicadores do Fundo de Pensões de Benefício Definido

31 / 12 / 2010

31 / 12 / 2011

Dados Populacionais

Ativos	1.511
Reformados	1.862
Pensionistas	534

1.461

1.872

532

Pressupostos Atuariais e Financeiros

Taxa de desconto	4,80%
Taxa de inflação esperada de longo prazo	2,11%
Tábua de mortalidade	TV 88/90

4,49%

2,08%

TV 88/90

Ativos (valor e taxa de rentabilidade)

	M €	%	Rent.	M €	%	Rent.
Obrigações	985,5	80,1%	-1,1%	990,5	78,9%	-1,4%
Imobiliário	168,6	13,7%	2,6%	166,5	13,3%	1,4%
Ações	76,6	6,2%	4,6%	98,1	7,8%	6,1%
Total	1.230,7	100,0%	-0,5%	1255,1	100,0%	-0,5%

Responsabilidades (milhões de €)**1.239,4****1277,0****Grau de Cobertura**

Nível de Financiamento (NF)	99,3%
Mínimo obrigatório (Regulamentação BdP)	98,2%
Mínimo de solvência (Regulamentação ISP)	85,4%
Rentabilidade A/R	-0,8%
Risco A/R (VaR a 1 mês, 95% confiança)	1,0%

98,3%

98,1%

81,3%

-1,3%

3,8%

2.

■ ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

2.1. MERCADOS FINANCEIROS

O ano 2011 ficou marcado pelo agravamento da crise da dívida soberana na Área do Euro. Além da Irlanda e da Grécia, que já o tinham feito em 2010, também Portugal solicitou assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia, em abril de 2011.

O Programa de Assistência Económica e Financeira português compreende a disponibilização de fundos no valor global de 78 mil milhões de euros, garantindo financiamento até meados de 2014, no pressuposto de Portugal conseguir aceder ao mercado de capitais no decurso de 2013.

Como condição para o financiamento, o Governo de Portugal comprometeu-se a adotar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural, contemplando a implementação de várias medidas de redução de despesa pública e de reforço da produtividade laboral e da competitividade económica, discriminadas com detalhe no Memorando de Entendimento, assinado em meados de maio.

Em 2011 verificou-se uma contração da atividade económica. Estima-se¹ que o produto interno bruto tenha registado uma variação real negativa de -1,6%, que contrasta com o crescimento económico de 1,4% registado em 2010. A inflação média anual foi 3,6%, o que resulta, em boa parte, do agravamento dos impostos indiretos e representa um acentuado acréscimo face ao nível de 1,4% registado em 2010.

Nos restantes países da Área do Euro foram também implementadas políticas de controlo orçamental, o que acabou por ter algum impacto na evolução da atividade económica e da inflação. De acordo com valores provisórios do *Eurostat*, a economia da Área do Euro deverá ter crescido 1,4%, durante 2011, registando alguma desaceleração face a 2010 (ano em que registou um crescimento de 1,9%). A inflação média anual foi de 2,7%, tendo sido superior ao nível de 1,6% registado em 2010.

No caso particular da Grécia, foram implementadas, de modo sucessivo, várias medidas de ajustamento ao abrigo do respetivo Programa de Assistência Económica e Financeira, com o objetivo de controlo e saneamento das contas públicas. Não obstante, e dada a dificuldade em atingir os objetivos de controlo orçamental, foi iniciado um processo de renegociação da dívida, com o envolvimento do setor privado.

Neste enquadramento, os órgãos decisores da União Europeia iniciaram um processo de negociação que visa garantir maior disciplina e controlo orçamental por parte dos seus países membros.

¹ Fonte: *Eurostat*.

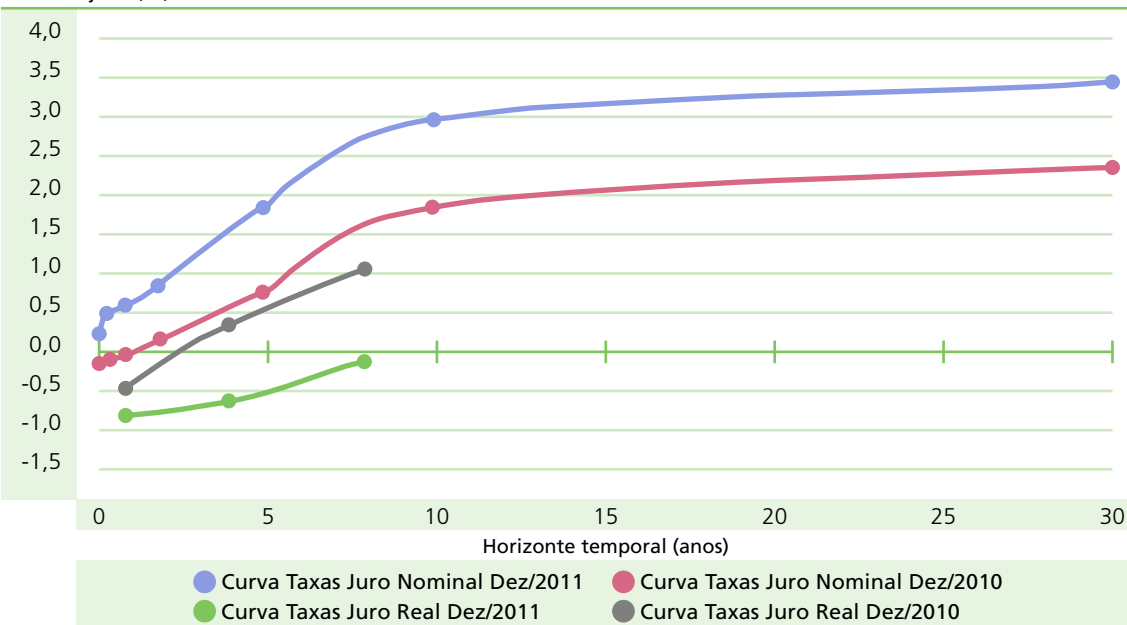
O risco de propagação da crise a outros Estados-Membros, nomeadamente à Itália e à Espanha, e os receios das suas implicações ao nível do setor financeiro europeu e da economia real levaram, na parte final do ano, o Banco Central Europeu (BCE) a intervir significativamente nos mercados, através de cortes nas taxas de refinanciamento e de operações de compra de dívida pública espanhola e italiana. Assim, após uma subida de 50 pontos base (p.b.), registada na primeira metade do ano, a taxa de referência do BCE sofreu uma reversão do movimento, terminando o ano em nível idêntico ao do início (1%).

Em 8 de dezembro, o Conselho de Governadores do BCE decidiu, para além de um corte de 25 p.b. na taxa de refinanciamento, efetuar duas operações de cedência de liquidez, de montante ilimitado, pelo prazo de 3 anos. Na primeira destas operações, que teve lugar no dia 22 de dezembro, foram colocados 489 mil milhões de euros.

A liquidez abundante proporcionada pela política monetária, a deterioração das expectativas de crescimento económico, bem como a expectativa de manutenção da taxa de refinanciamento do BCE em níveis historicamente baixos, contribuíram para que as taxas de juro nominais dos títulos da dívida pública alemã, utilizadas como referência para a Área do Euro, registassem descidas significativas, terminando o ano com variações compreendidas entre -111 p.b., no prazo a 10 anos, e -40 p.b., no prazo a 3 meses (Gráfico 1).

Gráfico 1 — Evolução das curvas de taxas de juro na Área do Euro durante o ano de 2011

Taxa de juro (%)



Fonte: Thomson Reuters e SGFPBP

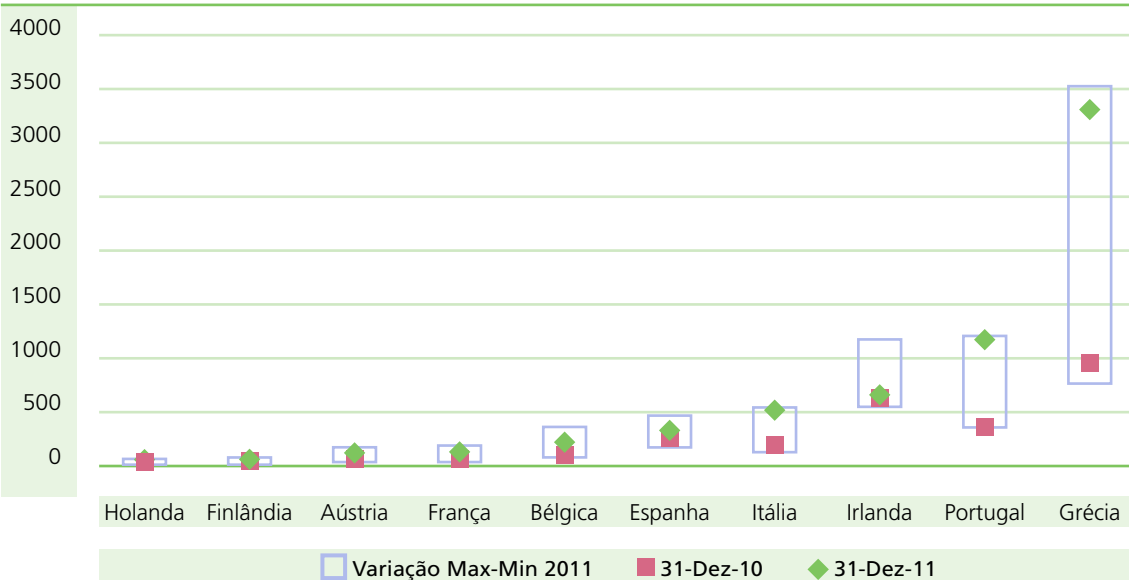
As taxas de juro reais (extraídas de obrigações alemãs indexadas à inflação) registaram descidas pronunciadas, que oscilaram entre -40 p.b., na zona mais curta da curva de taxas de juro, e de -120 p.b., na zona mais longa, terminando o ano em níveis negativos.

Apesar desta evolução quase paralela das curvas de taxas de juro reais e nominais da dívida alemã, as taxas de inflação “break-even”, extraídas da diferença entre as taxas de juro reais e nominais de vários emitentes, apontaram no sentido de um abrandamento das expectativas de inflação a médio prazo.

A evolução positiva, verificada no mercado de dívida pública alemã, não foi sentida num número razoável de países da Área do Euro. Em particular, os países percecionados como tendo contas públicas mais frágeis ou cujos sistemas financeiros se encontravam mais débeis continuaram, ao longo de boa parte do ano, sob forte pressão dos investidores. Apesar de tudo, a pressão aliviou um pouco na parte final do ano, em consequência da operação de cedência de liquidez a 3 anos decidida pelo BCE (Gráfico 2).

Gráfico 2 — Diferencial de taxas de juro entre Dívida Pública Europeia e Alemã - (Prazo 10 Anos)

Pontos base



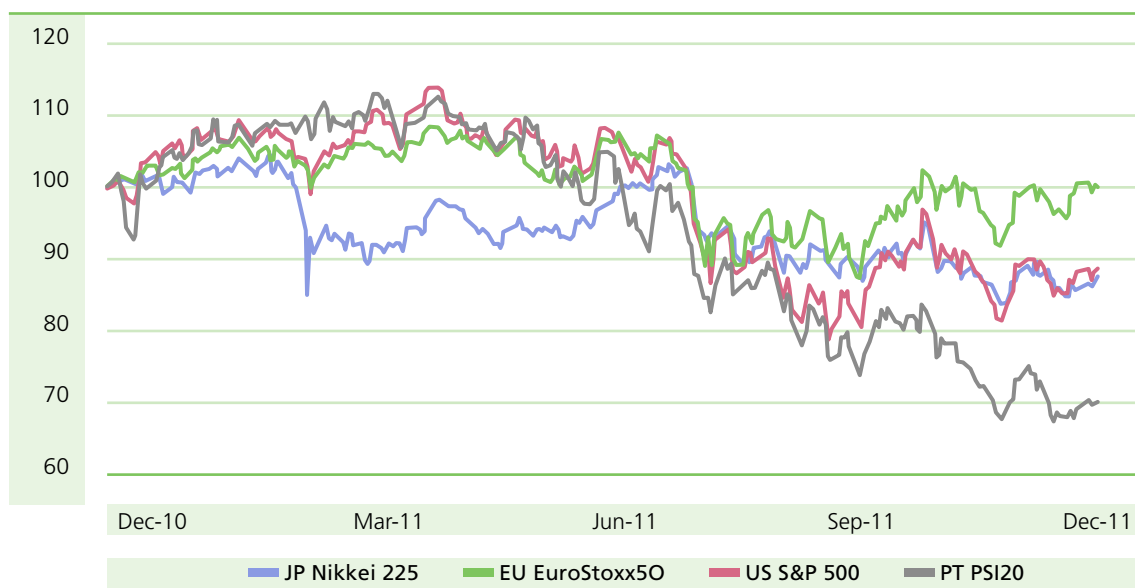
Fonte: Thomson Reuters e SGFPBP

Em 2011, o euro voltou a sofrer desvalorizações face às principais moedas mundiais, em consequência do prolongamento da crise soberana na Área do Euro. A maior desvalorização verificou-se face ao iene japonês, -8,4%, enquanto face ao dólar dos EUA a desvalorização foi de -3,2%.

Nos mercados acionistas registaram-se desvalorizações, tendo essa tendência sido acentuada no segundo semestre do ano, fruto não só da enorme instabilidade associada

à crise de dívida soberana da Área do Euro, como também ao abrandamento na atividade económica mundial. Assim, o índice pan-europeu DJ Eurostoxx 50 registou uma desvalorização de -11,4%, tendo o índice português PSI-20 registado uma desvalorização de -30%. O índice japonês Nikkei 225 desvalorizou -12,4%, enquanto o índice norte-americano S&P 500 fechou o ano praticamente inalterado (Gráfico 3).

Gráfico 3 — Evolução dos principais índices acionistas durante o ano de 2011 - (moeda local)



Fonte: Thomson Reuters e SGFPBP

2.2. MERCADO IMOBILIÁRIO

Apesar da volatilidade das condições económicas e do clima político vivido em 2011, nomeadamente na Europa, com o acentuar da crise de dívida soberana, os mercados imobiliários evidenciaram alguma resiliência. Observou-se mesmo alguma recuperação dos níveis de atividade, sobretudo no último trimestre de 2011, em países como o Canadá, a Austrália, a Alemanha, os Países Nórdicos, o Reino Unido, alguns estados americanos e, sobretudo, nos mercados emergentes.

Em Portugal, o ano 2011 foi marcado pelas condições económicas adversas, com níveis de atividade bastante fracos e descidas de preços e rendas, respetivamente nos segmentos de investimento e de arrendamento comercial.

3.

■ PLANOS DE PENSÕES

3.1. Caracterização

O Banco de Portugal garante, através do Fundo de Pensões, o direito aos benefícios de reforma, invalidez e sobrevivência (incluindo eventuais subsídios complementares e o subsídio por morte), bem como o pagamento dos encargos com contribuições pós reforma para o serviço de assistência médico-social (SAMS).

As pensões pagas a título de reforma e sobrevivência resultam da soma das parcelas calculadas em função de cada componente da retribuição pensionável, de acordo com a convenção coletiva de trabalho aplicável e a regulamentação interna do Banco.

O Plano de Pensões engloba quatro programas de benefícios relativos à remuneração base e diuturnidades e três programas relativos aos complementos remunerativos, tendo sido encerrado a novos trabalhadores por força da integração dos mesmos no regime geral de Segurança Social, de acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março.

O Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, determinou a integração no regime geral de Segurança Social dos trabalhadores abrangidos por regime de Segurança Social substitutivo constante de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário, que se encontravam no ativo à data da publicação do Decreto-Lei.

Esta alteração legislativa, com efeitos a partir de janeiro de 2011, decreta que os referidos trabalhadores passam a estar protegidos pelo regime geral de Segurança Social na eventualidade de reforma por limite de idade (velhice). Em consequência, o benefício de reforma por limite de idade deixou de estar integralmente a cargo do FPBD, passando a ser repartido, no futuro, entre este e a Segurança Social.

No exercício de 2011 é, pela primeira vez, refletido no valor das responsabilidades por serviços passados um menor custo associado à cobertura por velhice, por contrapartida da constituição de direitos junto da Segurança Social, reflexo do impacto no custo do ano².

3.2. POPULAÇÃO ABRANGIDA

A população abrangida pelo FPBD apresenta uma elevada idade média, evidenciada pelo facto do número de beneficiários ser superior ao de participantes no ativo.

² Veja-se alínea b) do n.º 1 das notas à demonstração financeira.

A não renovação da população de ativos abrangida pelo Fundo, efeito da integração no regime geral de Segurança Social dos empregados bancários admitidos após 3 de março de 2009 e do decorrente encerramento do plano a novas adesões, vem acentuar a redução do rácio ativos/beneficiários ao longo do tempo.

Esta característica da população abrangida tem por consequência um elevado peso das responsabilidades com pensões em pagamento no total das responsabilidades, o que condiciona fortemente a postura assumida na gestão do património do Fundo.

Quadro 2 — População abrangida pelo Fundo de Pensões Benefício Definido

	31-12-2009	31-12-2010	Varição 2009 / 2010	31-12-2011	Varição 2010 / 2011
Ativos	1.655	1.511	-144	1.461	-50
Reformados	1.771	1.862	91	1.872	10
Pensionistas	503	534	31	532	-2
Total	3.929	3.907	-22	3.865	-42
Razão Ativos ¹ / Beneficiários ²	0,73	0,63		0,61	

¹ Participantes; ² Reformados e Pensionistas.

Em 31 de dezembro de 2011, o FPBD abrangia 1.461 participantes (trabalhadores no ativo), 1.872 reformados e 532 pensionistas.

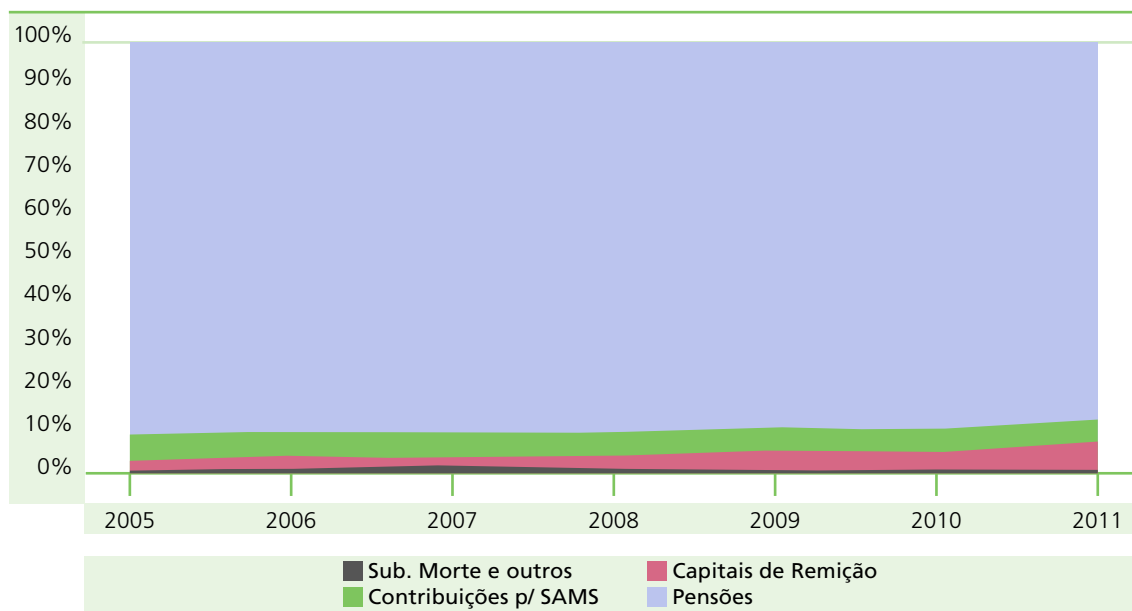
3.3. Benefícios, Encargos e Contribuições

Em 2011, o valor das pensões vencidas ascendeu a 53,9 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 6,7% em relação ao exercício anterior. Este acréscimo é ainda efeito do elevado número de reformas ocorridas em 2010, uma vez que 51% das mesmas tinham sido atribuídas em dezembro, tendo um efeito reduzido no montante global de benefícios pagos em 2010 e um impacto total apenas em 2011.

O valor liquidado em 2011 relativo a capitais de remição, ascendeu a 4,2 milhões de euros. O acréscimo significativo desta rubrica, 92,4%, tem também como principal fator explicativo as reformas ocorridas no final de 2010, com impacto nos fluxos financeiros do ano seguinte, 2011.

O total liquidado a título de subsídios por morte importou em 0,3 milhões de euros e os encargos suportados pelo Fundo de Pensões, relativos às contribuições para os SAMS sobre as pensões liquidadas, ascenderam a 3,1 milhões de euros.

No gráfico 4 apresenta-se a estrutura dos benefícios e encargos pagos pelo FPBD nos últimos 3 anos.

Gráfico 4 — Evolução dos benefícios e encargos suportados pelo FPBD

Verifica-se em 2011 um acréscimo da componente capital de remição, resultante não apenas do maior número de reformas, mas também de um aumento na preferência por esta forma de recebimento dos benefícios.

Estrutura dos benefícios e encargos suportados pelo FPBD

	2010	2011
Pensões	90,0%	87,7%
Contribuições p/SAMS	5,3%	5,1%
Capitais de Remição	3,9%	6,8%
Sub. Morte e outros	0,8%	0,4%

No ano de 2011, foram efetuadas contribuições num total de 90,2 milhões de euros.

Neste valor está incluído o reforço de financiamento, de 74 milhões de euros, para fazer face ao impacto da alteração dos indexantes utilizados na determinação da taxa de desconto, dado o contexto de elevada instabilidade do mercado de dívida pública da zona euro. Estão incluídas contribuições adicionais com vista a neutralizar o efeito, no financiamento do Fundo de Pensões, das decisões tomadas pelo Banco de Portugal no que respeita à política de recursos humanos.

No que se refere às contribuições regulares para o FPBD, denota-se um significativo decréscimo face aos valores anteriores, fruto da transferência parcial da cobertura de velhice para o regime geral de Segurança Social e da decorrente realocação de esforço contributivo.

3.4. AVALIAÇÃO ATUARIAL

3.4.1. Pressupostos Atuariais e Financeiros

Nas avaliações atuariais referentes a 31 de dezembro de 2010 e 2011 foram utilizados os seguintes pressupostos atuariais e financeiros:

Identificação	31 / 12 / 2010	31 / 12 / 2011
Taxa de atualização das Pensões *		
1º ano	0,00%	0,00%
2º ano e seguintes	2,11%	2,08%
Taxa de crescimento da massa Salarial		
1º ano	0,00%	1,00%
2º ano e seguintes	3,11%	3,08%
Taxa de desconto	4,80%	4,49%
Taxa de atualização das pensões e de revalorização das remunerações anuais	n.a.	2,08%
Tabela de progressão na carreira reflectida nas remunerações registadas no RGSS	n.a.	1,00%
Evolução da esperança média de vida aos 65 anos (projeção fator de sustentabilidade)	n.a.	+0,1 em cada ano até ao máximo de 21 anos
Indexante dos Apoios Sociais	n.a.	Retribuição Mínima Mensal Garantida
Tabela de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tabela de Invalidez	1978 - S.O.A. Trans. Male (US)	1978- S.O.A.Trans. Male (US)
Tabela de <i>Turnover</i>	T-1 Crocker Sarason (US)	T-1 Crocker Sarason (US)
Momento de atribuição de pensão de reforma Velhice	65 anos	65 anos
Número de mensalidades de pensão/ salário	14	14
Retribuição Mínima Mensal Garantida no ano seguinte	485,00€	485,00€
Percentagem de casados	80%	80%
Diferença de idades entre cônjuges (sendo mais velhos os indivíduos do sexo masculino)	3	3

(*) Igual à taxa de atualização das tabelas remunerativas do sector bancário e à taxa de atualização da Retribuição Mínima Garantida.

Alguns destes pressupostos são pontualmente ajustados em função das características específicas dos grupos populacionais.

A taxa de desconto apurada no final de 2011 e utilizada no cálculo das responsabilidades a 31 de dezembro foi 4,49%. Esta taxa foi determinada com base nas taxas de juro nominais de dívida pública da Área do Euro, tendo em conta a estrutura por prazos das responsabilidades do Fundo de Pensões.

Por efeito do comportamento do mercado de dívida pública da Área do Euro, para o horizonte correspondente à estrutura temporal das responsabilidades e da alteração dos indexantes utilizados na construção dos pressupostos atuariais e financeiros, a taxa de desconto nominal regista um decréscimo de -0,31 pontos percentuais face ao fecho do exercício anterior e a taxa de inflação estimada (médio/longo prazo) regista uma variação no mesmo sentido mas de menor amplitude, de -0,03 pontos percentuais. O efeito conjunto é de redução da taxa de desconto real (médio/longo prazo) em -0,28 pontos percentuais.

Em linha com as medidas de contenção de custos salariais adotadas pelo Banco de Portugal, os pressupostos relativos à atualização de pensões e de salários foram considerados nulos para 2012.

Em 2011 manteve-se em uso a tabela de mortalidade TV 88/90, para homens e mulheres.

Os pressupostos atuariais e financeiros utilizados no cenário do Mínimo de Solvência estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal foram os seguintes:

Identificação		31 / 12 / 2010	31 / 12 / 2011
Taxa de atualização das pensões	1º ano	0,00%	0,00%
	2º ano e seguintes	2,11%	2,08%
Taxa de crescimento da massa Salarial		0,00%	0,00%
Taxa de desconto		4,50%	4,50%
Taxa de atualização das pensões registadas no RGSS		n.a.	2,00%
Taxa de revalorização das remunerações anuais registadas no RGSS		n.a.	3,00%
Tabela de progressão na carreira reflectida nas remunerações registadas no RGSS		n.a.	0,00%
Evolução da esperança média de vida aos 65 anos (projeção fator de sustentabilidade)		n.a.	+0,1 em cada ano até ao máximo de 21 anos
Indexante dos Apoios Sociais		n.a.	Retribuição Mínima Mensal Garantida
Retribuição Mínima Mensal Garantida no ano seguinte		485,00€	485,00€
Percentagem de casados		80%	80%
Diferença de idades entre cônjuges (sendo mais velhos os indivíduos do sexo masculino)		3	3

3.4.2. Resultados da avaliação atuarial

Em 31 de dezembro de 2011, o total de responsabilidades por serviços passados ascendia a 1.277,0 milhões de euros, dos quais 784,6 milhões correspondem a responsabilidades por pensões em pagamento e 492,3 milhões dizem respeito às responsabilidades por serviços passados de trabalhadores no ativo.

	31 / 12 / 2010	31 / 12 / 2011
Responsabilidades por Serviços Passados (RSP)	1.239.417.671	1.276.958.647
Reformados e Pensionistas	773.106.594	784.630.850
Trabalhadores no ativo	466.311.077	492.327.797

(em Euros)

Em 2011, registou-se uma variação do valor das responsabilidades por serviços passados de +37,5 milhões de euros.

Esta variação corresponde a um acréscimo global anual de +3,03% do valor das responsabilidades por serviços passados, como consequência da conjugação dos seguintes efeitos:

- a. Variação anual esperada (normal) de +0,71% das responsabilidades;
- b. Variação anual não quantificável no início do ano de +2,31% das responsabilidades, que corresponde, por ordem decrescente de relevância, a um desvio resultante dos seguintes fatores:
 - A alteração dos indexantes utilizados na determinação dos pressupostos atuariais e financeiros de médio/longo prazo;
 - Os movimentos do mercado, por via da indexação dos pressupostos (taxa de juro nominal e taxa de inflação);
 - As medidas de contenção de custos salariais adotadas pelo Associado.

4.

■ POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A política de investimento do FPBD encontra-se balizada pelas normas regulamentares emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e por normas internas mais restritivas, estabelecidas pela própria Sociedade Gestora em estreita consonância com o perfil de risco aprovado pelo Banco de Portugal.

O seu objetivo consiste na maximização da rendibilidade dos ativos sob gestão face ao valor das responsabilidades assumidas, limitando o risco de redução do nível de financiamento.

A prossecução deste objetivo fica sujeita à salvaguarda da necessidade de assegurar a todo o momento:

- A manutenção de um adequado grau de liquidez, que permita fazer face às responsabilidades com o pagamento de pensões e capitais de remição;
- A limitação dos riscos incidentes sobre o valor dos ativos que compõem o património do Fundo, através da adoção de critérios prudenciais de seleção de instrumentos e instituições objeto de investimento;
- A diversificação e dispersão das aplicações, de modo a evitar a acumulação de riscos, bem como a concentração excessiva em qualquer ativo, emitente ou grupo de empresas.

5.

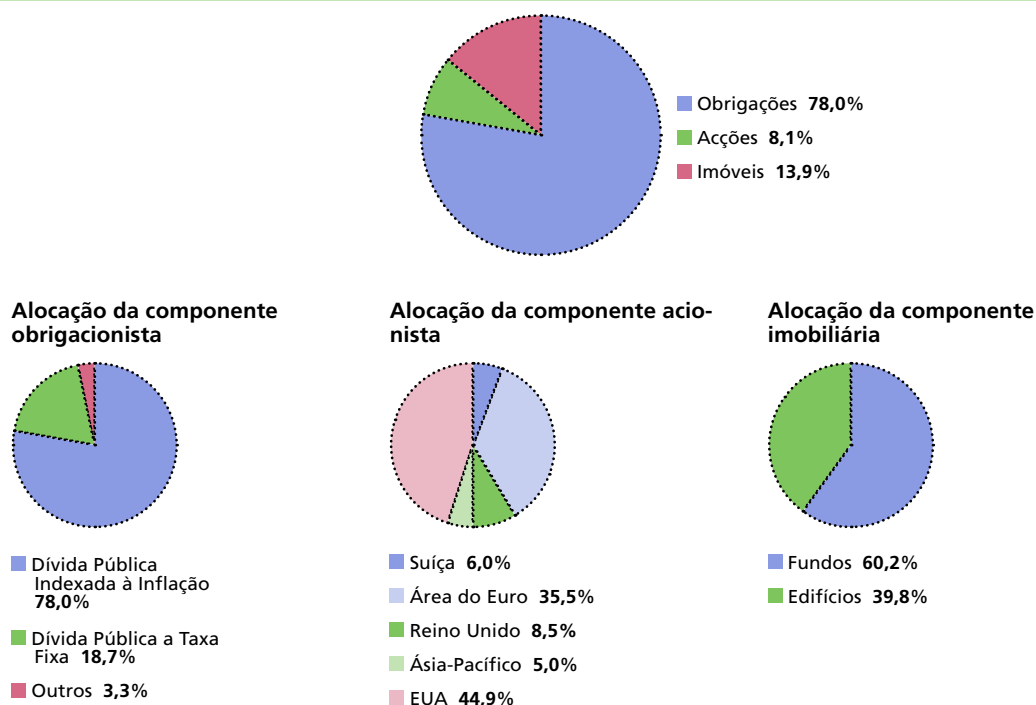
■ ESTRUTURA DA CARTEIRA E CONTROLO DE RISCOS

Ao longo de 2011, num contexto de agravamento da crise de risco de crédito soberano, a estrutura da carteira foi objeto de análise e acompanhamento permanente, com vista à identificação do grau de exposição a diferentes tipos de risco, bem como da respetiva forma de mitigação através da imposição de limites e do acompanhamento da evolução de medidas de risco, não tendo sido detetados quaisquer incumprimentos dos princípios e regras prudenciais aplicáveis aos fundos de pensões.

5.1. BENCHMARK ESTRATÉGICO

Como forma de assegurar que o objetivo de maximização da rentabilidade da carteira de ativos era prosseguido em observância das restrições necessárias à limitação do risco de redução do nível de financiamento, foi selecionado um referencial para a estrutura da carteira do FPBD em 2011, designado *benchmark* estratégico. A sua composição, que se apresenta sumariamente, é consentânea com o perfil de risco definido pelo Banco de Portugal.

Gráfico 5 — **Benchmark Estratégico em 2011** – Composição média anual



5.2. ESTRUTURA POR CLASSES DE ATIVOS

A estrutura da carteira de ativos foi determinada tendo como referência a composição do *benchmark* estratégico, tendo assumido alguns desvios, orientados pelo objetivo de incorporar expectativas de curto prazo de evolução dos mercados, mas limitados por normas internas.

Nos primeiros meses de 2011, a carteira assumiu uma ligeira sub-exposição a ações e sobre-exposição a obrigações, face ao *benchmark* estratégico. Em 2011, a exposição média a obrigações da carteira foi de 78,6% (correspondente na quase totalidade a dívida soberana), enquanto o imobiliário e as ações representaram 13,9% e 7,5%, respetivamente.

O agravamento da crise de risco de crédito soberano da Área do Euro induziu uma necessidade acrescida de diversificação por emitentes da carteira de obrigações, que conduziu a uma exposição a dívida indexada à inflação menor do que a do *benchmark* estratégico e inferior à observada no ano transato. A componente obrigacionista da carteira continuou, não obstante, a ser constituída maioritariamente por emissões indexadas à inflação (média anual de 72,3%).

A segmentação da componente acionista da carteira revelou uma exposição ao mercado da Área do Euro (51,7%) superior à do *benchmark* estratégico, o que resultou de um posicionamento assumido apenas nos primeiros meses do ano.

Tendo como referência a desagregação geográfica da carteira de ações em 2010, assistiu-se a uma redução do peso do mercado da Área do Euro, em benefício do mercado dos EUA.

Gráfico 6 — Carteira em 2011 – Composição média anual

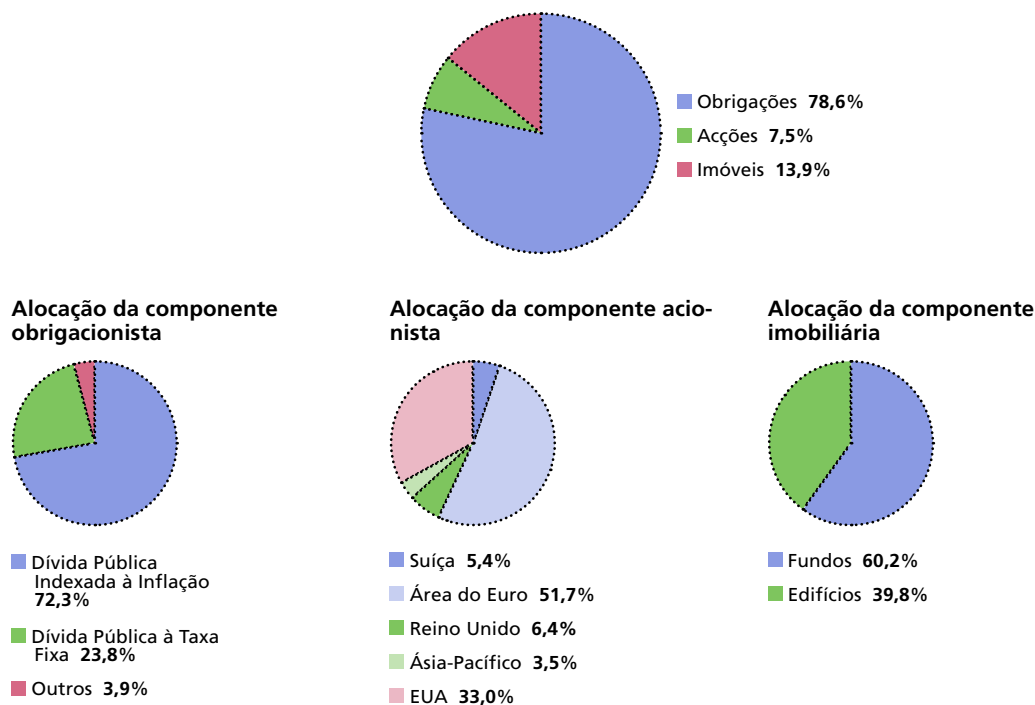
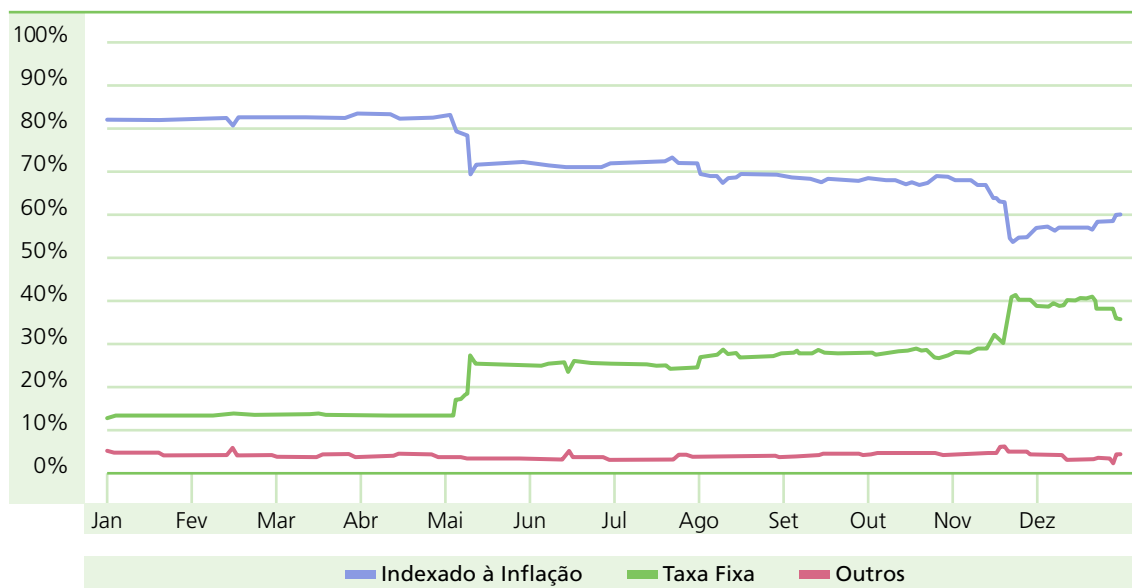


Gráfico 7 — Evolução da estrutura da carteira de obrigações em 2011

5.3. ESTRUTURA POR ZONA GEOGRÁFICA

Tomada no seu conjunto, a carteira de ativos do Fundo de Pensões manteve, em 2011, uma elevada exposição aos países da Área do Euro, resultante da orientação da política de investimento para a imunização dos riscos intrínsecos à natureza das responsabilidades assumidas. A exposição a outras zonas geográficas foi materializada quase exclusivamente através da componente acionista.

	Zona Euro	Europa (exceto Zona Euro)	Ásia e Pacífico	América do Norte
Exposição geográfica média da carteira total	96,2%	0,9%	0,3%	2,6%

5.4. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

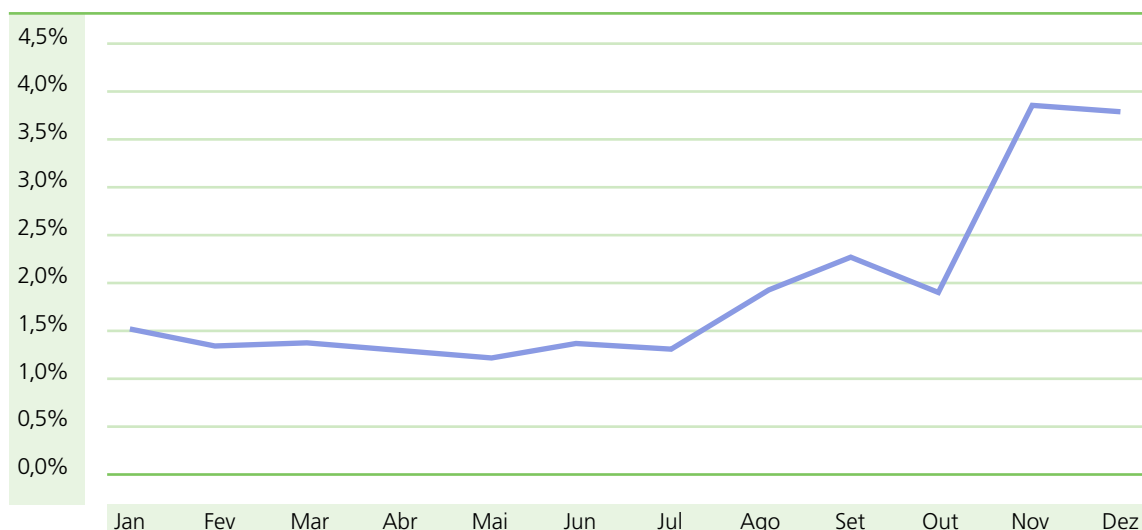
O risco cambial assumido pelo Fundo de Pensões, resultou na sua totalidade, da exposição ao mercado de ações e representou um nível médio anual de 3,7% do valor da carteira.

	JPY	CHF	GBP	USD
Exposição média da carteira total ao risco cambial	0,3%	0,4%	0,5%	2,5%

5.5. VALUE-AT-RISK "ATIVOS-RESPONSABILIDADES"

O risco de redução do nível de financiamento do Fundo de Pensões é avaliado e controlado com base no cálculo do *Value-at-Risk* a 1 mês, para um nível de confiança de 95%.

Gráfico 8 — Evolução da estrutura da carteira de obrigações em 2011



Esta medida de risco corresponde, em cada momento, à redução do nível de financiamento, em pontos percentuais, no horizonte temporal de 1 mês, que se estima ter uma probabilidade de 5% de ser ultrapassada, no pressuposto de estabilização da composição da carteira.

A evolução do *Value-at-Risk* ao longo de 2011 refletiu, por um lado, a volatilidade das taxas de juro e, por outro lado, ajustamentos táticos efetuados na carteira de investimento com o objetivo de aumentar o seu grau de diversificação por emitentes. Na medida em que implicou inevitavelmente uma redução da exposição a dívida indexada à inflação, este aumento de dispersão da carteira contribuiu para uma subida do

indicador de risco de redução do nível de financiamento, dada a menor cobertura do risco inflação presente nas responsabilidades assumidas pelo Fundo de Pensões.

5.6. DIFERENCIAL AJUSTADO DE DURAÇÃO MODIFICADA

O grau de sensibilidade do nível de financiamento do Fundo de Pensões a variações de taxas de juro reais é avaliado com base no diferencial ajustado de duração modificada. Este consiste no diferencial entre a duração das responsabilidades e a duração da carteira de obrigações do ativo, ajustado de forma a incorporar as diferenças de dimensão entre estes dois agregados.

	Valores médios 2011
a) Duração Modificada das responsabilidades por serviços passados	13,5
b) Duração Modificada das Obrigações	11,1
c) Peso das Obrigações	78,6%
d) Nível de Financiamento	101,1%
Diferencial Ajustado de Duração Modificada = $b) \times c) - a) / d)$	-4,7

Em 2011, a duração modificada da carteira de obrigações situou-se em níveis inferiores ao da duração modificada das responsabilidades. O nível de diferencial negativo registado em 2011 (-4.7) indica que o valor da carteira de ativos apresentou menor sensibilidade a variações de taxas de juro do que o valor das responsabilidades.

5.7. ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR TIPO DE EMITENTE

Atendendo à relevância para a gestão financeira “ativos-responsabilidades” das obrigações indexadas à inflação da Área do Euro, e ao facto de estas serem quase exclusivamente emitidas por estados soberanos, a dívida pública representou em 2011 a quase totalidade da carteira de obrigações (96,1%), sendo a parte restante investida em obrigações emitidas por entidades supranacionais e por instituições financeiras e *corporate* com garantia do Estado Português. Ante a instabilidade sentida nos mercados de obrigações, muito focados no risco de crédito, a elevada concentração em dívida pública verificou-se mesmo no segmento de taxa fixa.

	Dívida Pública	Supranacional	Inst. Financeiras e <i>Corporate</i>
Valores médios 2011	96,1%	0,9%	3,0%

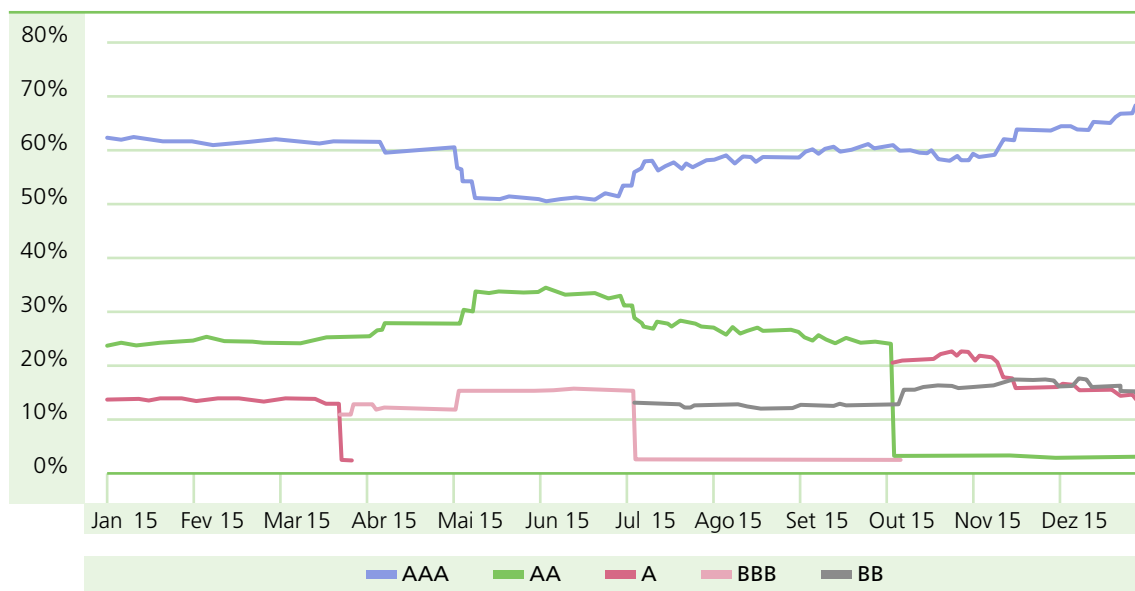
5.8. ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR RATING

O controlo do risco de crédito é assegurado através da restrição do investimento a instrumentos e instituições de reconhecida segurança e idoneidade financeira, bem como de um acompanhamento da notação de *rating* atribuída pelas principais agências internacionais de referência, complementado por uma atenção permanente à informação de mercado disponível.

A qualidade creditícia da carteira de obrigações do Fundo de Pensões registou uma ligeira deterioração em 2011, face ao ano anterior, determinada pela sucessão de revisões em baixa das notações de *rating* de vários estados soberanos da Área do Euro. Não obstante, a carteira manteve, ao longo do ano, uma exposição maioritária em emissões com *rating* igual ou superior a AA (em média 81% do valor da carteira de obrigações).

A exposição, ao longo do ano, a ativos com *rating* BBB e BB refere-se à dívida pública portuguesa e à dívida de instituições financeiras e *corporate* garantidas pelo Estado Português.

Gráfico 9 — Composição da carteira de obrigações por *rating*



5.9. ESTRUTURA DA CARTEIRA IMOBILIÁRIA

Em 31 de dezembro de 2011 o valor total dos ativos imobiliários sob gestão ascendia a 166,5 milhões de euros, representando esta carteira 13,3% do valor total do Fundo de Pensões.

A carteira imobiliária é repartida entre participações em fundos de investimento imobiliário (60%) e propriedades diretamente detidas pelo Fundo de Pensões (40%). Em termos da sua composição, trata-se de uma carteira investida na sua grande maioria em Portugal (91%), salientando-se a sua diversificação nos seguintes segmentos: Escritórios (67%), Turismo e Lazer (12%), Retalho (9%), Logística (6%), Residencial (5%) e Terrenos (1%).

6.

RESULTADOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES

As responsabilidades e a carteira de ativos do FPBD foram condicionadas pelo agravamento da crise de risco de crédito soberano da Área do Euro.

A valorização das responsabilidades por serviços passados é efetuada a preços de mercado, tomando em consideração os níveis de taxas de juro e de inflação esperada. Em 2011, registou-se uma redução da taxa de inflação esperada implícita nos títulos de dívida pública de longo prazo da Área do Euro indexados à inflação. As taxas de juro nominais registaram variações muito diferenciadas, determinadas por um movimento de refúgio dos investidores em obrigações com rentabilidades mais baixas até à maturidade. As taxas nominais dos emitentes percecionados como tendo menor qualidade creditícia registaram subidas consideráveis, ao passo que as taxas dos emitentes com notação máxima de *rating* registaram descidas significativas.

Estes movimentos das taxas de inflação e das taxas de juro nominais determinaram uma variação ajustada das responsabilidades positiva (+0.8%) que, numa perspetiva de gestão integrada de ativos e responsabilidades, constitui a referência para a taxa de rentabilidade dos ativos.

A rentabilidade do *benchmark* estratégico, em 2011, foi condicionada pelo agravamento da crise de risco de crédito soberano, tendo sido inferior à variação ajustada das responsabilidades, devido ao posicionamento relativo do *benchmark* no respeitante à composição por emitentes.

Por sua vez, o posicionamento conservador da carteira face ao *benchmark* estratégico em matéria de risco de crédito soberano da Área do Euro permitiu atingir uma rentabilidade relativa positiva (+0,7%, que corresponde).

Resultado da Carteira e do *benchmark* Estratégico

Variação ajustada das Responsabilidades	0,8%
Rentabilidade do <i>benchmark</i> estratégico	-1,2%
Rentabilidade da carteira	-0,5%

A considerável exposição do segmento acionista da carteira a mercados fora da Área do Euro e o risco cambial incorrido contribuíram para que esta classe de ativos se destacasse, em 2011, face às restantes duas.

Rentabilidade da Carteira por Classe de Ativos

Rentabilidade da carteira de ativos	-0,5%
Obrigações	-1,4%
Imobiliário	1,4%
Ações	6,1%

No final do ano, o Fundo de Pensões registava um nível de financiamento global de 98,3%, que traduzia um decréscimo de 1 ponto percentual face ao apurado no final de 2010.

Situação Financeira do Fundo de Pensões

	31 / 12 / 2010	31 / 12 / 2011
Valor do Fundo de Pensões	1.230.687.429	1.255.092.019
Responsabilidades por serviços passados	1.239.417.671	1.276.958.647
Nível de financiamento	99,3%	98,3%
Nível de financiamento mínimo obrigatório (Aviso do BdP n.º 12/2011 (*))	98,2%	98,1%
Nível de cobertura atingido face ao mínimo obrigatório	101,2%	100,2%
Nível de financiamento do mínimo de solvência	85,4%	81,3%
Nível de cobertura atingido face ao mínimo de solvência	116,2%	120,9%

(*) Com as alterações introduzidas pelo Aviso do BdP n.º 4/2005

Para efeitos do disposto do Aviso n.º 12/2001, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo aviso n.º 4/2005, o grau de cobertura foi de 100,2% do mínimo exigido.

Foram também integralmente satisfeitos os requisitos emanados pelo Instituto de Seguros de Portugal, tendo a cobertura do mínimo de solvência atingido 120,9%.

Variação do Nível de Financiamento do Fundo de Pensões

	% do valor das Responsabilidades
Variação do Nível de Financiamento	-1,0%
Rentabilidade ativos-responsabilidades	-1,3%
Ajustamento de pressupostos	-8,9%
Contribuição Extraordinária	5,8%
Fatores exógenos à gestão financeira	3,4%

A redução do nível de financiamento, em 2011, decorreu sobretudo do ajustamento da metodologia de fixação da taxa de desconto, com revisão das ponderações atribuídas aos emitentes de dívida pública no sentido da redução do risco de crédito e da manutenção da conformidade com os princípios consagrados no IAS19. Este ajustamento induziu uma revisão em baixa do nível da taxa de desconto real do Fundo de Pensões reportada a 31 de dezembro de 2011 em 0,64 p.p..

A contribuição extraordinária efetuada pelo Banco de Portugal (74 milhões de euros), bem como fatores exógenos à gestão financeira, contribuíram para compensar parcialmente o impacto negativo do ajustamento da metodologia da taxa de desconto.

O impacto considerável dos fatores exógenos à gestão financeira sobre o nível de financiamento ficou a dever-se, sobretudo, às medidas de contenção de custos salariais adotadas pelo Banco de Portugal.

Estas medidas originaram um diferencial positivo entre a taxa de inflação esperada, decisiva para a rentabilidade da carteira de ativos (estrategicamente concentrada em instrumentos indexados à inflação), e a atualização das tabelas salariais, determinante para a variação do valor das responsabilidades do Fundo de Pensões.

7.

■ NOTA FINAL

Ao concluir o Relatório e Contas do exercício de 2011, o Conselho de Administração da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. entende ser de destacar a confiança e o espírito de colaboração demonstrados pelo Banco de Portugal.

Ao Instituto de Seguros de Portugal expressa-se o reconhecimento pela forma como acompanhou a atividade do Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido.

Por último, salienta-se o elevado profissionalismo e a dedicação de todos os Colaboradores da Sociedade Gestora.

Lisboa, 14 de março de 2012

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

João José Amaral Tomaz

Helena Maria de Almeida Martins Adegas

- II. Demonstração da Posição Financeira e Demonstração de Resultados
- III. Demonstração de Fluxos de Caixa
- IV. Notas
- V. Certificação do Revisor Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido**Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2011**

RUBRICAS	Notas	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
APLICAÇÕES DO FUNDO			
Terrenos e Edifícios	4	66.956.290,00	67.313.830,00
Títulos de Crédito	5	1.153.871.052,93	1.148.139.734,96
Numerário e Depósitos Bancários	6	20.534.029,15	7.527.736,15
Devedores Gerais	7	175.129,65	120.037,02
Credores Gerais	7	-242.908,24	-3.057.001,24
Acréscimos e Diferimentos	8	13.798.425,77	10.643.092,10
Total das Aplicações do Fundo		1.255.092.019,26	1.230.687.428,99
VALOR DO FUNDO	9		
Património inicial		4.987.978,97	4.987.978,97
Resultados e contribuições acumuladas de exercícios anteriores		1.225.699.450,02	1.257.338.063,82
Resultados e contribuições acumuladas do exercício		24.404.590,27	-31.638.613,80
Total do Valor do Fundo		1.255.092.019,26	1.230.687.428,99

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
 João José Amaral Tomaz
 Helena Maria de Almeida Martins Adegas

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54

Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido**Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2011**

RUBRICAS	Notas	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
ACRÉSCIMOS AO VALOR DO FUNDO			
Contribuições	10	90.247.745,08	30.446.538,17
Rendimentos dos Investimentos	11	31.972.209,26	33.653.837,37
Ganhos dos Investimentos	12	73.075.753,13	97.798.685,59
Outros Rendimentos e Ganhos	14	214.904,60	34.446,25
Total dos Acréscimos do Fundo		195.510.612,07	161.933.507,38
DECRÉSCIMOS AO VALOR DO FUNDO			
Pensões, Capitais e Prémios Únicos Vencidos	10	61.520.690,03	56.117.588,48
Impostos	13	3.330,71	15,00
Perdas dos Investimentos	12	108.393.216,72	136.890.536,71
Outras despesas	15	1.188.784,34	563.980,99
Total dos Decréscimos do Fundo		171.106.021,80	193.572.121,18
RESULTADOS DO EXERCÍCIO		24.404.590,27	-31.638.613,80

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
 João José Amaral Tomaz
 Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido**Demonstração de Fluxos de Caixa**

	Exercício 2011	Exercício 2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Contribuições		
Do Associado	84.066.710,52	28.180.862,46
Dos Participantes/Beneficiários	6.181.034,56	2.265.675,71
Transferências	0,00	0,00
Pensões, Capitais e Prémios Únicos Vencidos		
Pensões Pagas	-53.961.648,96	-50.528.717,44
Capitais Vencidos	-4.199.736,41	-2.182.639,50
Transferências		
Encargos Inerentes ao Pagamento das Pensões e Subs. Por Morte	-3.359.304,66	-3.406.231,54
Remunerações		
Remuneração de Gestão	0,00	0,00
Remuneração de Depósito e Guarda de Títulos	-95.200,89	-119.665,86
Outros Rendimentos e Ganhos	52.950,54	34.446,25
Outras Despesas	-970.944,56	-444.315,13
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos		
Alienação/Reembolso dos Investimentos	1.174.736.311,01	954.053.184,08
Rendimentos dos Investimentos	28.695.775,88	33.653.837,37
Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	-1.218.139.654,03	-981.218.368,59
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Variação de Caixa e seus Equivalentes	13.006.293,00	-19.711.932,19
Efeito das Diferenças de Câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	7.527.736,15	27.239.668,34
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	20.534.029,15	7.527.736,15

(em Euros)

1.

■ CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADE

- a) O Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido (Fundo) foi constituído pelo Banco de Portugal, na qualidade de Associado Fundador, por escritura pública celebrada em 15 de setembro de 1988 no 9º Cartório Notarial de Lisboa. A Sociedade Gestora outorgou o contrato constitutivo enquanto entidade gestora, qualidade que adquiriu pela celebração prévia com o Banco de Portugal de um contrato de gestão do Fundo.

O Fundo de Pensões é constituído por um património autónomo e exclusivamente afeto ao cumprimento das responsabilidades com os planos de pensões em vigor, assumidas pelo Banco de Portugal enquanto único Associado do Fundo.

O Plano de Benefícios resulta dos programas de benefícios previstos nas convenções coletivas de trabalho aplicáveis, no Regulamento de Reformas e Pensões de Sobrevivência e no Regulamento dos Regimes de Pensionamento dos Complementos Remunerativos – Fundo de Pensões, do Associado. O Plano de Benefícios prevê ainda o pagamento de subsídio por morte e os encargos do Associado com os SAMS, inerentes ao pagamento das pensões, de acordo com o estabelecido nas convenções coletivas de trabalho aplicáveis.

Os programas de benefícios previstos neste Plano de Pensões têm as seguintes designações:

- Plano I
- Plano II
- Plano III
- Plano IV
- Regime Especial A
- Regime Especial B
- Regime Geral

- b) O Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro determinou a integração no regime geral de Segurança Social (RGSS) dos trabalhadores abrangidos por regime de segurança social substitutivo constante de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário, que se encontravam no ativo à data da publicação do Decreto-Lei.

Esta alteração legislativa, com efeitos a partir de janeiro de 2011, decreta que os referidos trabalhadores passam a estar protegidos pelo regime geral de Segurança Social na eventualidade de reforma por limite de idade (velhice).

Em consequência, esta cobertura deixou de estar integralmente a cargo do Fundo, passando a ser repartida entre este e a Segurança Social.

No que se refere à cobertura de invalidez, não obstante esta ter permanecido cargo do sistema substitutivo de segurança social do setor bancário (no caso em apreço financiado através deste Fundo de Pensões), haverá também repercussões da integração parcial no RGSS. Dado que a condição de invalidez é atribuída pelo regime substitutivo do setor bancário sem o reconhecimento da mesma pelo RGSS, este regime público mantém a garantia de uma pensão vitalícia de reforma por limite de idade³.

Assim, apesar de tudo permanecer igual na perceção do beneficiário, da parte da entidade responsável pelo pagamento da pensão de invalidez passaram a existir dois períodos: um em que o Fundo de Pensões paga a totalidade da pensão de invalidez e outro em que o Fundo de Pensões complementa o valor pago pelo RGSS até ao mesmo valor total de pensão.

A cobertura de sobrevivência mantém-se totalmente na esfera do Fundo de Pensões, bem como encargos e outros benefícios a cargo do Associado, financiados através do Fundo⁴.

O referido Decreto-Lei implicou a revisão ao modelo atuarial, visando:

- O reconhecimento gradual da transferência parcial para o RGSS da cobertura de reforma por velhice⁵, passando desta forma a integrar um conjunto de pressupostos para as projeções relativas ao benefício de reforma por velhice naquele regime público;
- A salvaguarda dos direitos constituídos à data de 31 de dezembro de 2010, quer no RGSS quer no regime substitutivo da banca.

As alterações operadas tiveram por impacto uma redução na rubrica de responsabilidades afetas ao período temporal do reconhecimento da complementaridade ao RGSS⁶, de -47,5%⁷.

No exercício de 2011, pela primeira vez, é refletido no valor das responsabilidades por serviços passados um menor custo associado à cobertura por velhice, por contrapartida da constituição de direitos junto da Segurança Social, reflexo do impacto no custo do ano.

³ Pensão cuja atribuição depende de pedido do beneficiário, dentro das condições previstas na Lei, e será função do historial contributivo para a Segurança Social, nos moldes previstos no DL n.º1-A/2011, até à ocorrência da invalidez.

⁴ Subsídio por morte e os encargos do Associado com os SAMS, inerentes ao pagamento das pensões.

⁵ O reconhecimento dado está em conformidade com a orientação dada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

⁶ Período que decorre desde janeiro de 2011 até à data espetável de reforma.

⁷ Os pressupostos utilizados nas quantificações apresentadas são os pressupostos do fecho do exercício de 2010.

2.

■ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APRESENTADAS

As contas anexas foram preparadas de acordo com os registos contabilísticos existentes na Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A., enquanto entidade responsável pela gestão do Fundo.

Estas contas sumarizam as transações e o património líquido do Fundo, não considerando as responsabilidades referentes a pensões ou outros benefícios a pagar no futuro. A posição atuarial do Fundo, contemplando tais responsabilidades, é expressa no relatório atuarial (ver Nota 16).

3.

■ PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS, MÉTODOS E PRESSUPOSTOS DE AVALIAÇÃO DO VALOR DOS ATIVOS

a) Geral

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com as normas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

As contas foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pela adoção do princípio do valor atual relativamente aos investimentos em terrenos, edifícios e títulos de crédito) e na base da continuidade das operações, em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais da consistência, prudência e especialização dos exercícios.

Por norma, os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

b) Terrenos e Edifícios

Os terrenos e edifícios são contabilizados inicialmente ao custo de aquisição, acrescido das despesas de compra, sendo esse valor posteriormente atualizado por

avaliações efetuadas por entidades independentes, de acordo com o disposto na Norma n.º 9/2007, de 28 de junho, do ISP.

As mais e menos valias não realizadas, decorrentes da atualização do valor dos imóveis, são refletidas na Demonstração de Resultados, no exercício em que a avaliação é efetuada.

c) **Títulos de Crédito**

Os investimentos financeiros em carteira, à data de 31 de dezembro de 2011, encontram-se valorizados ao justo valor, em conformidade com a Norma n.º 9/2007, de 28 de junho, do ISP. No cumprimento da referida Norma, para os títulos cotados, cuja cotação se afaste de forma significativa do justo valor de realização, é utilizada, para efeitos de valorização, uma metodologia económica ajustada ao tipo de ativo financeiro em causa.

Nos termos da legislação aplicável, a valorização da carteira de títulos cotados, que apresentem reduzida liquidez nos mercados regulamentados e que sejam maioritariamente transacionados em operações fora de bolsa, é efetuada através do recurso a preços disponibilizados pelos principais fornecedores de informação financeira.

A diferença entre o justo valor dos títulos e o respetivo custo de aquisição é registada nas rubricas Mais e Menos Valias, consoante o caso, da Demonstração de Resultados. A diferença entre o produto da venda dos títulos e o valor pelo qual se encontra contabilizado é, também, registada nas mesmas rubricas.

d) **Contribuições**

As contribuições para o Fundo, efetuadas pelo Banco de Portugal, são registadas, quando efetivamente recebidas, na rubrica Contribuições da Demonstração de Resultados (ver Nota 10).

e) **Rendimentos**

Os rendimentos respeitantes a rendas de imóveis e rendimentos de títulos são contabilizados no período a que respeitam, exceto no caso de dividendos, que apenas são reconhecidos quando recebidos.

f) **Benefícios e Encargos com Pensões**

As pensões são pagas aos beneficiários através do Banco de Portugal, que é posteriormente ressarcido pelo Fundo, numa base mensal, do valor global despendido (ver Nota 10).

g) **Comissões**

As comissões são contabilizadas na respetiva rubrica da Demonstração de Resultados no período a que se referem, independentemente da data do seu pagamento.

As comissões ainda não liquidadas são registadas por contrapartida da rubrica de Acréscimos de Custos e as comissões pagas antecipadamente em relação ao período a que se referem são registadas na rubrica de Custos Diferidos (ver Nota 8).

h) **Operações em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base nos câmbios indicativos à vista divulgados pelas principais agências de informação. As diferenças de câmbio que sejam apuradas são registadas em contas de resultados.

i) **Produtos derivados**

Os contratos *forward* cambiais, realizados com a finalidade de cobertura do risco cambial associado à carteira de títulos, são reavaliados às taxas de câmbio correspondentes ao prazo remanescente, implícitas nas cotações cambiais *forward* divulgadas pelos sistemas de informação financeira internacionalmente reconhecidos, sendo utilizado o valor médio das ofertas de compra e venda divulgadas à data da reavaliação.

As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas representam o proveito ou o custo das reavaliações, sendo registadas respetivamente numa conta de acréscimos ou decréscimos ao valor do Fundo, nomeadamente na rubrica de Ganhos e Perdas dos investimentos, por contrapartida da conta Acréscimos e Diferimentos.

j) **Regime fiscal aplicável**

Os fundos de pensões estão isentos de pagamento de IRC e de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), de acordo com o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

No entanto, os lucros distribuídos a fundos de pensões, por entidades sujeitas a IRC, podem ser tributados autonomamente à taxa de 21,5%, quando as partes sociais a que respeitam os dividendos não tenham permanecido na titularidade do mesmo sujeito passivo, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

4.

■ TERRENOS E EDIFÍCIOS

		31 / Dez / 11		31 / Dez / 10	
	Data da última Avaliação	Valor de Investimento	Ajustamentos	Valor de Balanço	Valor de Balanço
Avenida da República	2011	8.055.047,13	9.760.052,87	17.815.100,00	18.172.640,00
Avenida da Liberdade					
Edifício Libersil	2009	10.045.179,99	3.538.780,01	13.583.960,00	13.583.960,00
Avenida de Berna					
Espaço Berna	2009	12.796.687,62	323.312,38	13.120.000,00	13.120.000,00
Edifício Y	2009	4.537.154,03	1.021.975,97	5.559.130,00	5.559.130,00
Edifício Castilho	2010	18.245.202,75	-1.367.102,75	16.878.100,00	16.878.100,00
		53.679.271,52	13.277.018,48	66.956.290,00	67.313.830,00

(em Euros)

O valor de investimento inclui o preço base, encargos legais e outras despesas. O valor dos ajustamentos corresponde às menos valias potenciais apuradas no exercício de 2011, no valor de 357.540 euros, e de exercícios anteriores (mais valia de 13.634.558,48 euros).

As avaliações devem ocorrer todos os três anos, ou antes de decorrido este prazo, quando se verificarem desajustamentos materialmente relevantes entre o valor líquido de balanço do imóvel e o seu valor de mercado. Em 2011, foi reavaliado um edifício situado em Lisboa, na Avenida da República, tendo sido apurada a referida menos valia potencial de 357.540 euros, que se encontra registada na rubrica de Ganhos e Perdas de investimentos (Nota 12).

5.

■ TÍTULOS DE CRÉDITO

	31 / Dez / 11		31 / Dez / 10	
	Valor de Aquisição	Ajustamentos	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos de Rendimento Variável				
Ações				
Unidades de Participação				
Em Fundos de Investimento	197.511.002,76	147.462,25	197.658.465,01	177.864.121,93
Títulos de Rendimento Fixo - Obrigações				
De Dívida Pública	948.753.961,59	-13.945.654,78	934.808.306,81	929.596.815,06
De Outros Emissores Supranacionais	7.686.700,00	137.963,00	7.824.663,00	17.523.639,81
De Outros Emissores	13.508.554,95	71.063,16	13.579.618,11	23.155.158,16
	1.167.460.219,30	-13.589.166,38	956.212.587,92	1.148.139.734,96

(em Euros)

O valor dos ajustamentos corresponde às mais ou menos valias potenciais apuradas pela diferença entre o valor de mercado e o valor registado de aquisição.

6.

■ NUMERÁRIO E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Numerário	249,40	718,80
Depósitos à ordem	283.779,75	267.017,35
Depósitos a prazo	20.250.000,00	7.260.000,00
	20.534.029,15	7.527.736,15

(em Euros)

7.

■ DEVEDORES E CREDORES GERAIS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

		31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
ATIVOS CORRENTES			
Impostos	(a)	0,00	449,60
Devedores - Edifícios		164.850,42	118.893,96
Outros		10.279,23	693,27
		175.129,65	120.036,83
PASSIVOS CORRENTES			
Corretores e Intermediários Financeiros		0,00	2.761.076,81
Impostos	(a)	29.958,11	38.774,67
Credores - Edifícios		204.019,46	143.277,71
Produtos Derivados	(b)	0,00	0,03
Outros		8.930,67	113.872,02
		242.908,24	3.057.001,24
Valor líquido		-67.778,40	-2.936.964,22

(em Euros)

a) **Impostos**

Esta rubrica engloba o IVA relacionado com a carteira imobiliária e IRS retido referente a reembolsos de capital.

b) **Produtos Derivados**

A política de utilização de derivados baseia-se exclusivamente na utilização de contratos *forward* cambiais, para cobertura do risco cambial do investimento realizado em *Exchange Traded Funds* denominados em quatro divisas distintas: libras esterlinas, dólares norte-americanos, ienes japoneses e francos suíços. Embora durante o exercício de 2011 tenham sido negociados contratos *forward*, à data de 31 de dezembro de 2011 não existiam posições *forwards* cambiais em aberto.

A rubrica de Corretores e Intermediários financeiros, no final do exercício de 2011, não apresenta valores, devido a não existirem transações de títulos pendentes de liquidação.

8.

■ ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Juros a Receber		
De títulos de crédito	13.826.117,84	10.623.688,42
De depósitos a prazo	295,87	19.074,63
Rendas recebidas	0,00	0,00
Outros acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos	-27.987,94	0,00
Custos Diferidos	0,00	0,00
Proveitos Diferidos - Imóveis	0,00	0,00
Outros	0,00	328,96
	13.798.425,77	10.643.092,10

(em Euros)

No valor registado em acréscimos de custos estão incluídos os montantes referentes à comissão de depósito de títulos e aos encargos com os serviços de auditoria externa, no valor de 6.622,84 euros e 21.365,10 euros, respetivamente.

9.

■ VALOR DO FUNDO

As variações no valor do Fundo apresentam-se como segue:

	31 / Dez / 10	31 / Dez / 11
VALOR DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO	1.230.687.428,99	
Acréscimos por contribuições		90.247.745,08
Contribuições do associado		10.066.710,52
Contribuições dos participantes		2.113.536,56
Contribuição extraordinária		78.067.498,00
Decréscimos por pensões vencidas e reembolsos		61.520.690,03
Resultado financeiro		-4.322.464,78
Resultados do exercício		24.404.590,27
Valor do Fundo em 31 de dezembro (A)	1.230.687.428,99	1.255.092.019,26
Por memória:		
RESPONSABILIDADES POR SERVIÇOS PASSADOS (B)	1.239.417.671,00	1.276.958.647,00
Excedente face às responsabilidades (A-B)		-21.866.627,74

(em Euros)

10.

■ CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS E BENEFÍCIOS PAGOS

	Realizado	Previsto (*)	Desvio		
Fundo no início do exercício	1.230.687.429	1.230.687.429	(% real)	(% Fundo inicial)	
Contribuições	90.247.745	12.490.665	77.757.080	622,52%	6,32%
Contribuições Regulares	12.180.247	12.490.665	-310.418	-2,49%	-0,03%
Contribuições Extraordinárias	78.067.498	0	78.067.498	-/-	6,34%
Benefícios e Encargos com pensões	61.522.850	61.408.481	114.369	0,19%	0,01%
Pensões	53.935.163	52.677.732	1.257.431	2,39%	0,10%
Capitais de Remição	4.199.736	4.892.439	-692.703	-14,16%	-0,06%
Transferências de Direitos	0	0	0	-/-	0,00%
Reembolsos	28.646	0	28.646	-/-	0,00%
Encargos c/ Pensões em Pagamento	3.119.556	3.368.834	-249.279	-7,40%	-0,02%
Subsídio por Morte	239.749	469.476	-229.727	-48,93%	-0,02%

(*) valores previstos no início do ano

A diferença, no valor de 2.160 euros, entre o valor pago dos benefícios e encargos com pensões e o montante registado como custo na Demonstração de Resultados, refere-se a um reembolso registado como custo em anos anteriores e liquidado em 2011.

As contribuições correntes, para além da componente relativa ao Associado, incluem também as contribuições efetuadas pelos colaboradores do Banco de Portugal, nas condições definidas pelos respetivos planos e de acordo com o Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro.

As contribuições regulares (estimadas e realizadas) de 2011 registam uma significativa redução face aos valores constantes nas mesmas rubricas no exercício anterior, efeito da transferência parcial da cobertura de velhice para o RGSS a partir de 2011.

Num contexto de agravamento da crise de risco de crédito soberano da Área do Euro, procedeu-se a um ajustamento dos indexantes utilizados na fixação da taxa de desconto, por forma a reduzir o risco de crédito subjacente e manter conformidade com os princípios consagrados no IAS19.

Por forma a compensar parcialmente o impacto financeiro da consequente redução da taxa de desconto, o Associado efetuou uma contribuição de 74 milhões de euros, que se encontra incluída na rubrica de Contribuições Extraordinárias.

O restante valor das contribuições extraordinárias decorre de variações/movimentos populacionais não previstos pelo modelo, apesar de permitidas no contrato constitutivo. Estas contribuições tiveram por objetivo tornar neutro, para o financiamento do Fundo de Pensões, o efeito das tomadas de decisão pontuais ao nível da política de recursos humanos.

Do valor global pago em 2011 sob a forma de capital de remição, 67% decorre de reformas ocorridas nos últimos dias de 2010 e por isso com liquidação já em 2011.

O desvio que se apura no valor global de subsídio por morte pago em 2011 e a redução deste valor face ao ano anterior são resultado da redução observada na taxa de mortalidade.

11.

■ RENDIMENTOS DOS INVESTIMENTOS

Esta rubrica representa os rendimentos obtidos, com a seguinte natureza:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Terrenos e edifícios	4.411.530,87	4.269.093,65
Títulos de crédito		
Fundos de Investimento Imobiliário e Mobiliário	3.202.180,30	4.735.473,00
Obrigações		
De Dívida Pública	22.999.379,43	23.250.093,32
De outros emissores públicos	356.978,68	279.539,73
De outros emissores	894.828,77	915.000,00
	27.453.367,18	29.180.106,05
Depósitos à ordem	234,93	1.143,05
Depósitos a prazo	107.076,28	203.494,62
	107.311,21	204.637,67
	31.972.209,26	33.653.837,37

(em Euros)

A variação dos rendimentos registados na rubrica de Fundos de Investimento resulta da diminuição do valor dos dividendos recebidos.

12.

■ GANHOS E PERDAS DOS INVESTIMENTOS

As mais e menos valias registadas no exercício desdobram-se como segue:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
MAIS E MENOS VALIAS POTÊNCIAIS		
Terrenos e edifícios		
Mais valias	0,00	0,00
Menos valias	357.540,00	1.360.514,00
	-357.540,00	-1.360.514,00
Títulos de crédito		
Mais valias	30.771.459,01	10.857.992,36
Menos valias	44.360.625,39	35.260.047,26
	-13.589.166,38	-24.402.054,90
Outros		
Mais valias	32.597,10	113.190,84
Menos valias	1.630,48	86.593,51
	30.966,62	26.597,33
MAIS E MENOS VALIAS REALIZADAS		
Terrenos e edifícios		
Mais valias	0,00	0,00
Menos valias	0,00	0,00
	0,00	0,00
Títulos de crédito		
Mais valias	41.829.177,74	83.037.532,84
Menos valias	63.490.708,41	96.383.486,51
	-21.661.530,67	-13.345.953,67
Derivados		
Mais valias	290.614,84	0,00
Menos valias	99.371,61	0,00
	191.243,23	0,00
Outros		
Mais valias	151.904,44	3.789.969,55
Menos valias	83.340,83	3.799.895,43
	68.563,61	-9.925,88
Total das Mais Valias	73.075.753,13	97.798.685,59
Total das Menos Valias	108.393.216,72	136.890.536,71
Valor Líquido	-35.317.463,59	-39.091.851,12

(em Euros)

13.

■ IMPOSTOS

O valor registado em impostos refere-se maioritariamente ao pagamento do imposto de selo, relacionado com contratos de arrendamento.

14.

■ OUTRAS RECEITAS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Do exercício	30.285,71	136,41
De exercícios anteriores	184.618,89	34.309,84
	214.904,60	34.446,25

(em Euros)

As receitas de exercícios anteriores correspondem, maioritariamente, à regularização de valores relativos à carteira imobiliária.

15.

■ OUTRAS DESPESAS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Financeiras	145.333,15	254.851,10
Edifícios	974.313,75	292.725,95
Despesas extraordinárias	37.469,67	6.267,71
Outras despesas	31.667,77	10.136,23
	1.188.784,34	563.980,99

(em Euros)

A rubrica de despesas financeiras tem a seguinte desagregação:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Comissões		
Comissões de Gestão	0,00	0,00
Comissões Bancárias	4.197,88	4.621,45
Comissões de Corretagem	39.311,54	130.563,79
Comissões de Custódia	101.823,73	119.665,86
	145.333,15	254.851,10

(em Euros)

A Sociedade Gestora não liquida qualquer comissão pela gestão do Fundo de Pensões.

A rubrica de Edifícios engloba os custos normais com a gestão e manutenção dos imóveis. O acréscimo verificado em 2011, face ao exercício anterior, resulta de obras de manutenção e renovação realizadas, essencialmente, em dois edifícios.

16.

■ INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO ATUARIAL

A Sociedade Gestora divulga, como parte integrante do seu relatório de gestão, os resultados atuariais do Fundo, reportados a 31 de dezembro de 2011.

17.

■ RESPONSABILIDADES FISCAIS

O Banco de Portugal assume as responsabilidades fiscais, ao abrigo do contrato de representação celebrado com a Sociedade Gestora em 17 de outubro de 2006, onde se estabelece que compete ao primeiro:

- Pagar por conta e ordem da Sociedade Gestora as pensões de reforma e de sobrevivência aos respetivos beneficiários;

- b) Reter na fonte as contribuições e impostos devidos, para posterior entrega às entidades competentes;
- c) Liquidar, por encontro de contas com as quantias pagas ao abrigo da alínea a), as contribuições devidas ao Fundo de Pensões respeitantes aos seus trabalhadores.

O Banco de Portugal tem executado e continuará a executar o referido contrato, enquanto o mesmo se mantiver em vigor, e no âmbito desse contrato assumirá todas as responsabilidades inerentes.

18.

■ MÉTODOS E PRESSUPOSTOS DE AVALIAÇÃO DO VALOR DOS PASSIVOS

PASSIVOS FINANCEIROS

Os pressupostos utilizados na valorização das Responsabilidades por Serviços Passados (RSP) foram calculados com base na informação de mercado disponível na data de reporte. Os dados de mercado foram extraídos de instrumentos financeiros que replicam a estrutura dos fluxos futuros das RSP.

a) Taxa de desconto

A metodologia de cálculo da taxa de desconto a aplicar em cada avaliação atuarial consiste, numa primeira fase, na determinação da taxa base, que corresponde à *yield to maturity* das RSP do Fundo de Pensões, calculada a partir das taxas de rentabilidade nominal de diversos emitentes de dívida pública da Área do Euro.

A esta taxa base é posteriormente adicionado um *spread* que traduz o diferencial entre as taxas de rentabilidade de títulos emitidos pelos Estados da Área do Euro de elevado *rating* e de títulos com risco de crédito da Área do Euro de elevada qualidade creditícia.

b) Taxas de crescimento dos salários e das pensões

O pressuposto para a taxa de crescimento dos salários corresponde à taxa de inflação esperada para o período correspondente à estrutura temporal das responsabilidades excluindo o 1º ano, acrescida de um *spread* que reflete o crescimento real dos salários de longo prazo da população abrangida pelo Fundo de Pensões.

A metodologia de fixação do pressuposto relativo à taxa de inflação esperada consiste no cálculo da *yield to maturity* das RSP do Fundo de Pensões através das taxas de inflação implícitas extraídas dos títulos de dívida pública indexados à inflação da Área do Euro.

O pressuposto para a taxa de crescimento das pensões é igual à taxa de inflação esperada para o período remanescente médio de ocorrência dos pagamentos de pensões.

19.

■ OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE RISCOS

Tendo como objetivo a maximização da rendibilidade dos ativos sob gestão face ao valor das responsabilidades assumidas, e em consonância com os princípios assumidos de manutenção de um grau adequado de liquidez, diversificação e limitação dos riscos incidentes sobre o valor dos ativos, a Sociedade Gestora coloca em prática um conjunto de procedimentos de gestão de risco, destacando-se:

- Orientação “ativos-responsabilidades” da gestão financeira;
- Valorização diária dos ativos e das responsabilidades à luz de princípios *mark-to-market*;
- Reavaliação da política de investimento, com uma periodicidade mensal, ou com maior frequência quando as circunstâncias o aconselharem, pelo Comité de Investimentos;
- Produção de relatórios e análises mensais de *performance*, controlo de riscos e perspectivas para os mercados;
- Estimativa, com frequência regular, do nível de financiamento do Fundo de Pensões;
- Utilização de um sistema de informação facilitador da monitorização diária das posições em carteira e acompanhamento, em tempo real, da *compliance* das mesmas com os vários limites estabelecidos;
- Configuração, no sistema de informação, de todos os instrumentos objeto de investimento.

20.

■ ORIGEM, EXPOSIÇÃO E GESTÃO DOS RISCOS

O Fundo de Pensões encontra-se exposto, por via dos investimentos que realiza no âmbito da prossecução dos seus objetivos, a riscos de mercado, consubstanciados na volatilidade do valor de mercado dos investimentos realizados, a riscos de crédito, decorrentes das relações estabelecidas com contrapartes e emitentes, e a risco de liquidez, relativo à profundidade dos mercados em que se encontra investido.

Para efeitos de determinação da magnitude assumida pelos referidos riscos e confronto com os respetivos limites, a exposição será determinada, sempre que possível, com base no valor de mercado e na composição da carteira.

RISCOS DE MERCADO

- Risco “taxa de juro” – risco associado à volatilidade das taxas de juro e consequente redução do nível de financiamento.

Em 2011, a exposição média a risco “taxa de juro”, numa perspetiva de ativos-responsabilidades, foi 21,4% do valor da carteira.

O risco de taxa de juro é aferido com base na duração modificada da carteira e no diferencial ajustado de duração modificada, que consiste na diferença entre a duração das responsabilidades e a duração da carteira de obrigações do ativo, ajustada de forma a incorporar as diferenças de dimensão entre aqueles dois agregados.

Em 2011, o diferencial ajustado de duração modificada registado pela carteira foi, em média, de -4,67.

- Risco acionista – risco relacionado com a volatilidade da cotação das ações detidas em carteira e consequente redução do nível de financiamento.

Em 2011, a exposição média a ativos sujeitos a risco acionista foi 7,5% do valor da carteira.

- Risco “inflação” – risco associado à volatilidade da taxa de inflação e consequente redução do nível de financiamento.

Em 2011, a exposição média a risco “inflação”, numa perspetiva de ativos-responsabilidades, foi 43,2% do valor da carteira.

- Risco cambial – risco decorrente de variações nas cotações relativas das divisas estrangeiras face ao Euro (presente nos investimentos cotados em moeda estrangeira) e consequente redução do nível de financiamento.

Em 2011, a exposição média ao risco cambial foi 3,7% do valor da carteira.

- Risco imobiliário – risco de flutuações no valor dos imóveis e fundos de investimento em carteira e consequente redução do nível de financiamento.

Em 2011, a exposição média a risco imobiliário foi 13,9% do valor da carteira.

- Risco de concentração – risco associado à acumulação excessiva de exposição a um mesmo ativo ou classe de ativos.

A gestão agregada dos riscos de mercado é feita através da definição de limites de exposição para os diferentes riscos e do cálculo e monitorização diária do *value at risk* (perda máxima expectável, com 95% de confiança, para um dado horizonte temporal, para o qual se assume que o portfolio se mantém inalterado). Este indicador é acompanhado em termos absolutos e numa perspetiva relativa entre o ativo e as responsabilidades do Fundo.

A análise de sensibilidade do nível de financiamento do Fundo, elaborada no pressuposto de materialização simultânea dos cenários adversos para cada classe de ativos face aos passivos, apurada com base no modelo estocástico de projeções de ativos e responsabilidades da Sociedade Gestora, resulta numa redução máxima expectável de -8,3% no horizonte de 1 ano.

	VaR	Peso na carteira (31/12/2011)	Impacto no nível de financiamento
Risco ações	25,1%	7,8%	-2,0%
Risco imobiliário	10,8%	13,3%	-1,4%
Risco obrigações	7,8%	78,9%	-6,2%
Total		100,0%	-9,5%

(em Euros)

RISCOS DE CRÉDITO

- Risco de emitente e contraparte – risco de ocorrência de falhas de pagamentos ou liquidações financeiras da parte de um emitente ou contraparte.

Em 2011, a exposição média a emitentes, por *rating*, foi a seguinte:

<i>Rating</i>	% do valor da carteira
AAA	59%
AA	21%
A	18%
BBB	5%
BB	7%

A gestão dos riscos de crédito é feita através da aferição da qualidade de crédito dos emitentes e contrapartes e da definição de limites de exposição e prazo para a maturidade dos investimentos, nomeadamente por país, tipo de emitente ou emissão, com base nas notações de risco atribuídas pelas principais agências de *rating* e, complementarmente, pelo recurso a indicadores baseados em informação de mercado e pelo acompanhamento de outras fontes de informação relevantes, como as agências noticiosas e a imprensa especializada.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez decorre de dificuldades na venda de determinados ativos, por falta de compradores, ou de realização de venda à custa de perdas face ao valor justo dos ativos.

O risco de liquidez é monitorizado através do acompanhamento do *spread bid-ask* (diferença entre as cotações de compra e de venda de referência) e da definição de *amount outstanding* mínimo para a elegibilidade das emissões de obrigações.

21.

■ TRANSAÇÕES ENVOLVENDO O ASSOCIADO OU COM EMPRESAS COM ESTE RELACIONADAS

Em 2011, o Fundo de Pensões, não realizou quaisquer transações de ativos financeiros ou imobiliários com o Associado.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A., detida em 97,8% pelo Banco de Portugal, realizou as seguintes transações com o Fundo de Pensões:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Rendas recebidas no âmbito do contrato de arrendamento celebrado com a Sociedade Gestora	238.093,80	278.571,60
	238.093,80	278.571,60

(em Euros)

22.

■ ATIVOS OU PASSIVOS CONTINGENTES

O Fundo de Pensões, em 2011, não registou qualquer Ativo ou Passivo contingente.

23.

■ NOTA FINAL

A Norma 7/2010-R, de 4 de junho, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, estabelece os elementos que devem ser obrigatoriamente publicados no Relato Financeiro, prevendo a adequada flexibilidade, por forma a adaptar a informação prestada às características específicas de cada entidade, pelo que não foram mencionados os requisitos que não têm aplicação, em função da atividade exercida pelo Fundo de Pensões em 2011.



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
 Avenida da República, 90-6º
 1600-206 Lisboa
 Portugal
 Tel: +351 217 912 000
 Fax: +351 217 957 586
 www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido ("Fundo"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de aplicações de 1.255.092.019,26 Euros e um valor do fundo no mesmo montante, incluindo um resultado do exercício de 24.404.590,27 Euros a Demonstração de Resultados e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal ("Sociedade Gestora") a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo e o resultado das suas operações e fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido em 31 de Dezembro de 2011 e o resultado das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões (Normas Regulamentares nº 9/2007 - R, de 28 de Junho, e Nº7/2010-R, de 4 de Junho).

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:

Ana Salceda

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52

53
54

**Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S. A.
Avenida da República, n.º 57 - 7.º
1050-189 Lisboa**

**Produção: Ligrate, Lda.
Julho de 2012**